

Grande mudança no campo. Se sair acordo entre agricultores e bóias-frias.

Haverá até traje especial para o trabalhador

Luvras, macacões, tornozeleiras e calçados de couro: com a reivindicação desse equipamento, os trabalhadores rurais tentam com os produtores agrícolas o início de uma nova fase nas suas relações de trabalho. Mas, a reivindicação da obrigatoriedade do fornecimento gratuito pelo empregador rural dos meios de proteção individual é apenas um dos 29 itens apresentados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo e que desde a semana passada vêm sendo negociados com os agricultores.

Atento à importância de um acordo, o governo toma, de seu lado, algumas providências no sentido de evitar a possibilidade de desacertos irreversíveis. Apesar de ainda precariamente instalado, o ministro Nelson Ribeiro à frente do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (veja matéria na página 2), já adiantou que a principal questão de sua pasta é a sempre explosiva reforma agrária, em torno da qual já tem comissões trabalhando.

Só que desta vez, ao contrário dos anos anteriores, os trabalhadores rurais reivindicam não um pedaço de terra mas condições mínimas de trabalho com a força de um movimento organizado, que pela primeira vez na história do Brasil reuniu numa mesma mesa de negociação usineiros, trabalhadores e fornecedores da cana. Mantido sob sigilo o consenso em torno de alguns dos itens reivindicados, os trabalhadores se mostram otimistas com a atuação da Faesp — Federação da Agricultura do Estado de São Paulo —, que assumiu o papel de mediadora das conversações trabalhistas que prosseguem nesta quarta-feira. Explicam que a demora das negociações se justifica diante do impacto social do acordo a ser obtido, que deverá ser estendido aos trabalhadores de outras culturas alterando de forma decisiva as relações de trabalho mantidas no campo.

Um acordo difícil

Contudo, a velocidade com que trabalhador da terra se ajusta a um movimento sindicalista, que toma como referência a atuação dos sindicatos dos metalúrgicos, surpreende e preocupa na medida em o campo nem sequer oferece a trabalhadores condições básicas de trabalho. É grande, em áreas do governo e empresariais, o receio de que, sacudidos pela miséria, os bóias-frias se impacientem diante do não-atendimento de algumas das suas reivindicações, que trazem para o campo impacto semelhante à redução da jornada de trabalho (reivindicação básica da greve dos metalúrgicos) no contexto urbano.

É o caso, por exemplo, da exigência feita pela Fetaesp de que daqui para frente os trabalhadores rurais tenham seus contratos individuais de trabalho com a duração mínima de doze meses. Segundo alguns produtores essa é uma exigência de difícil solução, pois a cana de açúcar é uma cultura sazonal: "Teríamos de garantir remuneração ao trabalhador no seu período de ociosidade". Os bóias-frias, representados pela federação, no entanto, fazem do atendimento dessa reivindicação ponto de honra. Explicam que não podem sobreviver com a certeza de apenas alguns meses de trabalho.

— O fato de o trabalhador rural passar a contar com contratos anuais de trabalho é suficiente para determinar no campo total alteração no seu perfil de produção — explica José Ari Morales, diretor-tesoureiro da Faesp que coordena as negociações em curso. — O impacto de um acordo dessa natureza tem reflexos até mesmo inflacionários no sentido de que o custo de produção seria extremamente mais elevado. O problema é que estarmos trabalhando com uma

pauta de reivindicações complicada, que exige o cumprimento de cláusulas díspares. Enquanto no lado social os trabalhadores apresentam reivindicações primitivas no lado econômico exigem acordos sofisticados.

"Milagre"

A ausência de condições básicas de trabalho no campo fica evidenciada na pauta de reivindicação apresentada aos agricultores na semana passada, onde dos 29 itens, 21 são de natureza social e vão desde a requisição de roupas para o trabalho até a construção de abrigos dotados de instalações sanitárias contra as chuvas e outras Intempéries, oferecendo a garantia de água potável durante a jornada de trabalho. O medo de que o trabalhador rural AC precipite na radicalização de seu movimento sindical leva Fabio Meirelles, presidente da Faesp, a avisar que, apesar de essas reivindicações expressarem o estado de pauperização do campo e a necessidade de uma relação de trabalho digna da importância da agricultura para o desenvolvimento do Brasil, "não dá para fazer milagre num acordo salarial".

O milagre a que se refere Meirelles está no atendimento das cláusulas econômicas que, segundo ele, alteram todo o sistema de remuneração do trabalho do campo. Isso porque estabelecem dentre outras coisas que a remuneração mínima diária de Cr\$ 50 mil, deverá ser reajustada trimestralmente de acordo com o INPC; que a produção de cana cortada será medida por metro linear; que os empregadores rurais ficam obrigados a fornecer diariamente comprovante de produção contendo o nome do empregador e do empregado (isso elimina o papel do intermediário, chamado gato); que os contratos individuais tenham a duração mínima de um ano e que o pagamento de salário seja efetuado obrigatoriamente em dinheiro.

De qualquer forma, se o atendimento global da pauta de reivindicações é apontado por Meirelles como suficiente para uma transformação nas relações de trabalho do campo, seu não atendimento reserva idêntico resultado. Um possível impasse nas negociações identifica, para os trabalhadores também um momento de profundas alterações "só que com maior violência, a. exemplo da organização sindical dos metalúrgicos", como explica um dirigente dos trabalhadores.

Ameaças

Sem trabalho, sem salário e sobrevivendo com dificuldades o trabalhador do campo não vai titubear nas ameaças e a greve será decretada no caso de não serem atendidas suas reivindicações, afirma Vitor Jorge Fanta, diretor da Fetaesp.

— Os fornecedores têm demonstrado mais resistência nas negociações. Pensam que estão imunes aos efeitos de uma greve que, se estourar, é como uma boiada que leva cada qual para um lado usando as armas que se oferecerem. A queima de culturas, que já serviu de instrumento de pressão, poderá ser reutilizada caso haja radicalismos por parte dos empregadores. Estamos dispostos a tudo para o alcance de nosso propósito.

O acirramento dos ânimos, contudo, não está sendo esperado nem pelos trabalhadores, nem pelos empregadores, que insistem na composição de um acordo mesmo que isso implique na alta de preços dos produtos agrícolas, no caso da cana-de-açúcar. Pelo menos foi o que afirmou Morales, dizendo que caso não haja uma realidade de preços, todo o sistema produtivo agrícola estará ameaçado diante dessa nova postura dos trabalhadores:

— O consumidor brasileiro tem de alterar suas diretrizes de consumo. Não se justifica que apenas os produtos agrícolas não repassem seu custo de produção. Só para citar um exemplo temos na saca de café com 60,5kg um preço de garantia da ordem de Cr\$ 360 mil, quando estudos econômicos comprovam que essa saca custa, para o produtor, Cr\$ 714 mil. Como

esperar que o agricultor tenha sensibilidade no atendimento das reivindicações dos trabalhadores se ele próprio se sente ameaçado nos seus investimentos?

A melhor remuneração do trabalho agrícola no sentido de garantir a fixação do homem à terra se mostra, contudo, insuficiente. E nesse ponto tanto empregadores quanto trabalhadores se identificam, pois consideram que qualquer que seja o resultado das negociações salariais em curso ele será temporária. Consciente de que a mecanização das lavouras é uma realidade com a qual serão obrigados a conviver, Fita explica que a obtenção de um acordo salarial e trabalhista hoje apenas prorroga mais um pouco o momento de um acordo nacional a ser mantido com as autoridades políticas e econômicas no sentido da aplicação do Estatuto da Terra, que prevê o aproveitamento dos latifúndios improdutivos.

— Sabemos que a mecanização das lavouras só não foi ainda devidamente implementada porque é mais barato para o patrão trabalhar com nossa força de trabalho. O problema é que com o atendimento das nossas reivindicações econômicas, que visam garantir nossa sobrevivência, chegaremos ao momento do empate de custos e o empregador vai dar preferência ao trabalho das máquinas, que dispensam gastos com encargos sociais. Não temos a menor dúvida de que o problema do homem do campo não será solucionado com melhores salários. Tanto assim que estamos reivindicando também que os era-pregadores rurais não utilizem colhedeiças de cana bem como herbicidas em suas lavouras.

Salette Lemos

(Página 11)